

**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE
SERGIPE - FANESE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO – NPGE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”
ESPECIALIZAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA E DA FAMÍLIA**

MARIA ELENA LIMA SANTOS

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE:
UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**Aracaju-SE
2009**

MARIA ELENA LIMA SANTOS

**VIOLENCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE:
UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e
Extensão da FANESE, como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Saúde Pública e da Família

Orientador: Profº Msc. Silmère Alves S. de
Souza

Coordenador (a): Cristiane Reiss

**Aracaju- SE
2009**

MARIA ELENA LIMA SANTOS

**VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE:
UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e
Extensão – NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE,
como requisito para a obtenção do título de Especialista em Saúde Pública e da Família.**

Valéria Maria Santana Oliveira

Cristiane Reiss

Maria Elena Lima Santos

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de 2009.

RESUMO

O presente artigo trata da problemática da violência contra criança e adolescentes, fenômeno bastante grave que está ocorrendo na sociedade. Procura-se mostrar o quanto a criança é um ser indefeso e que precisa constantemente de proteção de todos os ângulos da sociedade. E diante deste tema, o setor saúde é um dos principais órgãos envolvidos. O principal objetivo é conhecer a participação da saúde pública com a problemática estudada, a contribuição que tem dado a população alvo. E como os profissionais da área da saúde têm se posicionado diante dos casos suspeitos que chega a instituições públicas de saúde. A metodologia baseia-se em pesquisas bibliográficas. Em termos de resultados, ressaltam-se frente à complexidade da violência contra criança e adolescentes, questões como sensibilidade e capacitação profissional devem ser mais trabalhadas.

Palavras - chave: Crianças. Adolescentes. Saúde Pública. Posição Profissional. Violência.

SUMÁRIO

RESUMO

1 INTRODUÇÃO.....	06
2 A HISTÓRIA DA INFÂNCIA.....	07
2.1 A Criança no Seio Familiar.....	09
3 SAÚDE PÚBLICA FRENTE À REALIDADE DE CRIANÇAS VIOLENTADAS	13
3.1 Comportamento dos Profissionais Frente às Vítimas de Violência.....	14
4 VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E SUA CONSEQÜÊNCIA.....	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
REFERÊNCIAS.....	20
ABSTRACT.....	21

1 INTRODUÇÃO

A temática da violência contra criança e adolescentes é algo que predomina desde a Antiguidade, que até então vem passando por transformações progressivas e positiva em relação à visão científica de estudiosos desta área que, através das suas pesquisas contribuem até hoje para elucidar os avanços ocorridos na vida das crianças e adolescentes.

Relevantes metamorfoses ocorreram com a transição do feudalismo para o capitalismo, onde a liberdade das crianças foi violada, em troca de uma educação formal e, segundo o pensamento da época, de um futuro promissor. Neste espaço institucional, não existiram ensinamentos afetuosos, mas rígidas normas e disciplinas, que quando desrespeitadas aplicavam severos castigos. Nesse período, a violência contra criança passou a crescer, uma vez que a criança era vista como ser humano em miniatura, um ser subordinado e totalmente à mercê das condições psicossociais das pessoas que a cercavam.

A violência é um dos eternos problemas da teoria social e da prática política e relacional da humanidade. Deste a criação do mundo, no livro bíblico Gênesis, há relato de violência cometida contra o homem. A violência contra criança e adolescente não é um problema específico da área da saúde, mas, ela afeta a saúde. Portanto, ela representa um risco maior para a realização do processo vital humano, ou seja, ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade podendo provocar a morte.

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), em seu último documento sobre o tema, concluiu que a violência, pelo número de vítimas e a magnitude das seqüelas orgânicas e emocionais que produz, adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países.

O presente estudo é baseado em pesquisas bibliográficas e tem por finalidade ampliar os conhecimentos sobre o tema abordado, e analisar como o setor de saúde tem respondido as necessidades das vítimas e suas famílias.

Assim, o objetivo do presente estudo tem por finalidade aprofundar conhecimentos acerca da violência contra crianças e adolescentes, bem como descrever sobre a atuação da Saúde Pública frente a esta situação emergencial na vida das vitimas. A pesquisa será feita através da revisão bibliográfica, rebuscando artigos e trabalhos científicos sobre a temática supracitada.

2 A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

A infância é um período de crescimento no ser humano, que vai do nascimento à puberdade. É a primeira fase da vida do ser humano, onde este se encontra desprovido de domínio sobre o seu próprio ser, incapaz de optar, fazer escolha, de se impor, totalmente dependente do domínio psicológico, cultural e econômico de pessoas que sobre o seu ser, tem autoridade legalizada de pessoas que as cercam.

Diante desta análise será abordada neste tópico, a infância em século passado até o século XXI com o intuito de descobrir se houve evolução e até que ponto. Segundo Philippe Ariès a sociedade medieval não percebeu a infância, ele afirma que:

Na Idade Média, no início dos tempos modernos e por muito tempo ainda nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram capazes de dispensar a ajuda das mães ou das amas poucos anos – depois de um desmame tardio – ou seja, aproximadamente aos 7 anos de idade. A partir desse momento ingressavam imediatamente na grande comunidade dos homens, participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias. O movimento da vida coletiva arrastava em uma mesma torrente as idades e as condições sociais sem deixar a ninguém o tempo da solidão e da intimidade. Nessas existências densas e coletivas, não havia lugar para um setor privado. (ARIES, 1978, apud GUERRA, 2005)

A socialização da criança, nessa época não era garantida e nem controlada pela família. Pois, elas afastavam-se dos pais para conviver com os outros adultos aprendendo as coisas que deveria saber e ajudando-os a fazê-las.

Na Idade Média a paparicação era algo reservado apenas à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ainda era engraçadinho. Nesse período o sentimento entre pais e filhos e entre cônjuges era algo desnecessário à existência e ao equilíbrio da família, ou seja, afeto entre pais e filhos não existia, o ser era coisificado a ponto de ser substituídos. Pois se a criança viesse a falecer, o que não era raro, outra a substituiria.

No fim do século XVII, com a transição do feudalismo para o capitalismo, ocorre uma modificação na vida das crianças. A burguesia desejando uma melhor educação para seus filhos, com o intuito que estes fossem preparados para a vida, para enfrentar o poder da aristocracia, as crianças não mais aprende com os adultos no meio social e sim dentro de instituições educacionais, onde a criança é mantida a distância por meio do processo de escolarização do qual passa a aprender tudo que se deve.

Esse sistema foi fruto do movimento de moralização promovido por reformadores católicos e protestantes. As idas das crianças para colégios transformaram a família que se tornou o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos.

Com o desenvolvimento da educação formal nas escolas surge um novo problema: arrebataram a liberdade que as crianças até então desfrutara, isolando-as da sociedade adulta. E pior, fizeram-na conhecer dentro desse espaço a vara e os castigos.

Neste período se conceitua a Infância com uma idéia de subordinação, de dependência e que no transcurso do século XVII os castigos contra crianças se tornaram ainda mais bárbaros, conforme Guerra (2005 p. 52). É evidente que o desenvolvimento do conceito de infância se apresentou acompanhado dos mais severos métodos de educação.

A história da infância é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. Quanto mais atrás regressamos na história, mais reduzido o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente. (POLLOCK, 1990 apud GUERRA, 2005).

Quanto ao Brasil, a violência foi trazida por nossos colonizadores, precisamente os jesuítas, que veio com a missão de catequizar o povo aqui encontrado. Deste séculos passados a infância não era valorizada pela família e nem pela sociedade. As crianças eram pensadas como necessidade de continuidade da espécie humana, pois a elas eram dadas pouquíssimas ou quase nenhuma atenção, até porque nessa fase da vida, eram mandadas para os colégios internos ou conventos.

Nota-se que os pais dos séculos passados apenas geraram os filhos para a sociedade e esta que assumia a missão de prover o futuro para elas. A partir do século XX essa fatalidade começa a modificar dentro do seio familiar. As crianças deixaram de serem seres coisificados para serem tratados como seres dignos de respeitos e de direitos. Seus direitos passaram a ser garantidos quando a Constituição Federal em 1988, no seu Art.221 reconhece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligencia, discriminação, exploração, violência crueleza e opressão. (BRASIL, C.F. Art.227)

E em 1990, o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) regulamentam os artigos da Constituição, reforçando a Lei, reconhecendo as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Apesar da existência das Leis, é assustador o índice de ocorrências de casos de maus tratos e de violência contra crianças e adolescentes.

Levantamento do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) mostra que 80% das agressões físicas contra criança e adolescentes são causadas por parentes próximos.

São os pais, as mães, os padrastos, as madrastas que mais agredem as vítimas. De acordo com esse levantamento, chegam por semana, à Delegacia da Criança e do Adolescente, uma média de 35 denúncias de violência contra estes. Do total de ocorrências, 85% de são maus tratos, lesões e abuso sexual, sendo grande parte das vítimas crianças de ambos os sexos com idade entre dois e dez anos.

Importante ressaltar sobre este tema, que se tem em Sergipe, anexa à Maternidade Hildete Falcão, uma equipe multiprofissional que oferece toda a assistência necessária no atendimento clínico e psicológico às vítimas de violência sexual. De acordo com os dados, esse órgão realizou:

- Em 2004: registrou 76 casos em todo o ano;
- Em 2005: foram realizados 157 atendimentos;
- Em 2006: teve 355 atendimentos;
- Em 2007: realizou-se 150 atendimentos.

Pode-se observar que houve um decréscimo na quantidade de atendimento desse órgão, porém não se pode afirmar ainda com exatidão, os fatores que contribuíram para tal realidade.

2.1 A Criança no Seio Familiar

Por ser a família o locus privilegiado, na maioria dos casos de crianças ou adolescente vítimas de violência, vale neste tópico fazer um breve relato sobre este espaço institucional.

Inúmeros autores revelam que existem diversos aspectos a serem considerados, quando o assunto é família. Como por exemplo: a família não é uma instituição natural, podendo ter diversas configurações na sociedade; da mutabilidade; e da diversidade de conceitos, ela refere-se a um grupo social concreto e empiricamente delimitável.

A história da família nos relata que esta passou por diversa classificação de acordo com o espaço (físico), classe social e tempo. Eis alguns exemplos: família burguesa, família aristocrática, família camponesa, família patriarcal, família moderna. Cada uma dessas famílias tinha sua própria característica. No entanto, esta foi alterada devido às forças externas, como foi o advento da industrialização. A partir daí, os relacionamentos, as atitudes, os comportamentos foram modificados, não só dentro da família, como desta com a sociedade. Essas transformações consequentemente alteraram também a vida daqueles que

são nosso público alvo de estudo, uma vez que estes convivem no mesmo espaço com os adultos.

Atualmente a família é considerada como uma instituição de crescimento, de experiência, de sucesso e fracasso e de confiança mutua. Segundo Guerra (2005 p.26), ela é vista e classificada pela sociedade como uma instituição natural, desigualitária que deve ser responsável pelo desenvolvimento físico, psíquico e cultural dos seus filhos, provedora de um ambiente de afeto e amor, ao qual todos julgam ser o lugar mais seguro para as crianças.

Estas são consideradas no ambiente familiar pelos seus responsáveis como uma propriedade sua, onde o que importa são as vontades, os desejos e o que pensam seus donos. Às crianças cabe-lhes unicamente o direito de obedecer-lhos, pois são seres fracos, incapazes de decidir algo de sua família e/ou sociedade, totalmente dependente política e economicamente dos adultos que moldam de acordo com sua visão de mundo; com a educação que recebeu de seus pais e os desejos do seu coração toda fase da vida do ser pequeno – a infância.

Os pais e a sociedade acabam idealizando um modelo de crianças, conforme as suas conveniências, as suas expectativas, querendo minimizar as preocupações e contrariedades e maximizar o seu orgulho. O sonho da educação contemporânea é ver crianças acomodadas, pois procura com seu método adormecer, sufocar e destruir a vontade, a liberdade das crianças.

É perceptível a discrepância que há no modelo de educação vigente, pois se a base de uma boa educação está nos primeiros anos de vida e de escolaridade, se a base de uma família bem estruturada em todos os aspectos está no início do relacionamento de duas pessoas, é evidente que a base de formação de um cidadão decidido, forte, corajoso, seguro e capaz de viver em sociedade estão na infância. “Bom, obediente, gentil, fácil (...). Por acaso pensamos alguma vez neste homem fraco, covarde, sem energia que a criança corre o risco de se tornar?” (KORCZAK apud GUERRA, 2005, p.105)

Contudo, não se quer dizer que se devem deixar as crianças usufruir de total liberdade, uma vez que elas não têm noção real do mundo a sua volta, do perigo, mas, prepará-las continuamente para viver em família, em sociedade como ser que não só ter deveres, mas, também direitos. Segundo Korczak (1983 apud GUERRA, 2005, p.107), a criança tem o direito de reclamar, de exigir, de progredir e chegando à maturidade, de dar o seu fruto. Ora, se a educação a reduz a: não fazer barulho, não arrastar os sapatos, escutar e executar ordens, não criticar e acreditar que todos têm em vista apenas o seu bem, então este

individuo a depender da sua personalidade terá o desafio de superar as deficiências causadas na infância.

Entre século XVII e a primeira metade do século XVIII, as crianças eram pensadas como seres imperfeitos. A fase infantil não tinha especificidade e nem valor perante à sociedade. Nessa época, os castigos corporais eram impostos às crianças com o intuito de salvar sua alma era preciso flagelar o seu corpo. Nesse mesmo período, as crianças deveriam ser educadas, vale ressaltar que, a palavra educar, segundo Steiner (1986 p.32), vem do latim e significa consertar o que está torto, malformado. Foi esse pensamento que impregnou a pedagogia desse tempo e que gerou o sofrimento na vida dos pequeninos nas duas primeiras instituições de base de formação do individuo: a família e a escola.

Ser criança, no século XVII, não era nada bom. No ambiente familiar o bem-estar dos filhos estava em segundo plano, a autoridade paternal e marital dominava a célula familiar, onde “...o pai era o centro: tudo devia girar ao seu redor” (BADINTER, 1980 apud GUERRA 2005 p.67). Porém, o artigo 4º da ECA vem contrapondo-se a essa realidade, pois declara que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (Lei nº 8.069/90, art. 4º).

Após o desmame, os filhos ficavam na companhia dos seus genitores até quatro ou cinco anos. Com essa idade, elas eram encaminhadas aos conventos ou colégios internos, para serem educados segundo a pedagogia da época, como foi mencionado acima.

Importante ressaltar que, nas relações entre mães e filhos neste século, não havia afeto, carinho, demonstração de amor como ocorre e que se espera que ocorra no século XXI, mas a presença materna na vida das crianças era uma relação fria e indiferente, até porque a amamentação ofertada pela própria mãe o que atualmente, é defendido pelo Ministério da Saúde, classe médica e sociedade, às crianças do século antecedente eram privadas.

É no século XVIII que o amor materno passa a ser considerado como um valor por sua vez natural e social, favorável à espécie e a sociedade, (Badinter 1980 apud GUERRA 2005, p.137).

Infelizmente, este fato se alterou não por verem nas crianças, seres necessitados de atenção, afeto e amor, mas por questões econômicas, pois o Estado precisava de sujeitos que produzissem riqueza para ele. Pois as relações mantidas entre mães e filhos estavam elevando

os índices de mortalidade infantil causados pelo aleitamento mercenário e pelo abandono. Ou seja, é o sistema capitalista que interessado por número de braços com os quais poderá contar para produzir riqueza que se empenha em adotar medidas sociais como estratégias para tornar os pais totalmente responsáveis no cuidado com os filhos.

3 SAÚDE PÚBLICA FRENTE À REALIDADE DE CRIANÇAS VIOLENTADAS

A violência é considerada um grave problema de saúde pública no Brasil e constitui a principal causa de morte de crianças e adolescentes, principalmente a partir dos cinco anos de idade. No entanto, a violência contra criança e adolescente é uma realidade dolorosa encontrada tanto nos países desenvolvidos quanto subdesenvolvidos, pois a Organização Mundial da Saúde (1999) apresentou o cômputo de 40 milhões de crianças no mundo vítimas de alguma forma de abuso, necessidade de cuidados de saúde e intervenções sociais.

A população estudada tem seus direitos básicos muitas vezes violados, como o acesso à escola, à saúde e aos cuidados necessários para o seu desenvolvimento. Algumas ainda são exploradas sexualmente ou usadas como mão-de-obra para colaborar com o sustento da família. Não é raro ver crianças, nos centros das cidades, fazendo malabarismo nos sinais de trânsitos ou vendendo doces nos transportes coletivos para poder ajudar em casa. Ainda existem aquelas que vivem entregando bilhetes solicitando ajuda financeira.

Provavelmente, estas crianças e adolescentes estão sendo obrigados a renegarem o seu direito de estudarem e de terem oportunidades melhores no futuro. Contraria-se a Lei nº. 8.069/90, no seu Art. 7º, que regulamenta que toda criança e adolescente tem direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e do desenvolvimento saudável e harmonioso, em condições dignas de existência. Além de transgredirem os direitos básicos das crianças, alguns responsáveis pelas mesmas, ainda usam a força física contra elas.

É crescente o número de crianças e adolescentes vítimas de violência que vêm sendo atendido nos consultórios da rede pública de saúde. Profissionais da saúde consideram que também existam ocorrências nas classes médias e altas da sociedade.

Importante ressaltar, ainda neste tópico, os fatores que contribuem para que o agressor se volte contra a criança e o adolescente. Estudo revela através de dados colhidos nos registros das instituições onde foram denunciados os casos, em relação à violência física, que as causas, mas comum que leva o homem a atuar como um ser irracional é: alcoolismo, lares desorganizados, instabilidade econômica, separação dos cônjuges, promiscuidade. E o alcoolismo é um dos principais responsáveis, uma vez que desinibe o mecanismo de controle da consciência, animalizando o homem.

Com relação à violência sexual, o fator a ser considerado é que a causa central do problema pode estar no indivíduo agressor, na perspectiva de doença, que necessita ser tratada.

Pelo fato de também ter sofrido algum tipo de violência, como por exemplo, física ou emocional na sua infância. Isso, consequentemente, tem maior probabilidade de gerar na vida adulta da vítima incapacidade de compreender os seus filhos, de entender que a questão do afeto, de atenção e cuidados é necessidade das crianças e adolescentes e infelizmente de vítima passar a ser agressor.

Também o sistema capitalista que obriga o homem de um lado a viver em condições subumanas próximas às do animal. A fome, o desemprego, a falta de cultura e oportunidade na classe pobre, e os estresses para manter o status sócio-econômico, as contínuas discussões, a vida competitiva, a instabilidade emocional, as frustrações, problemas conjugais na classe média e alta são fontes do retrocesso do homem à escala irracional.

Os serviços de saúde pública pelo seu poder de abrangência de casos e pelo contato com as vítimas e familiares deste, pode-se considerar que os hospitais e postos de saúde são lócus privilegiados para se iniciar a busca por resolução do problema, não somente pelo fato da denuncia de casos suspeitos, mas também por ser esse espaço ideal para tratar das vítimas e de toda a família, a fim de garantir a esta condições de bem estar físico, mental e social.

Segundo Damergian (1986 p.69), uma das formas de se agir contra a violência cometida contra a infância é trazê-la à tona, ao nível da consciência, é denunciá-la, é preciso agir contra ela, a nível individual, cada um se empenhando no esforço dos vínculos amorosos, visando evitar as seqüelas psicológicas causadas pelas agressões.

3.1 Comportamento dos Profissionais Frente às Vítimas de Violência.

É crescente o número de crianças e adolescentes vítimas de violência que são atendidas na rede pública de saúde. Porém, o atendimento às vitimas de maus tratos se encontra pouco estruturado no nosso país, sendo insuficiente para a demanda que chega aos serviços de saúde.

A equipe multiprofissional da saúde e precisamente os pediatras, por ser o primeiro profissional a ser procurado pela família, tem um importante papel na prevenção e no atendimento dos casos de violência, pois participam de maneira ativa acompanhando a vida de seus pacientes, podendo ser não somente, uma referencia de apoio e confiança, como também um elo com outros profissionais da área, como psicólogo, assistente social, enfermeiros, para juntos trabalharem e tratarem do problema com toda a família. Esse

trabalho conjunto pode servir como um alerta para o agressor, pelo fato de existir pessoas, sobretudo de um determinado poder, se envolvendo com o tema.

Segundo estudos, o fato de se notificar, por si só, tem contribuído para interrupção ou diminuição de abusos e negligências. Ainda assim, é assustador o elevado índice de crianças e adolescentes que chegam à rede pública de saúde, vítimas de maus-tratos como: abuso físico, sexual e psicológico e negligência.

A formação pediátrica possibilita pela prática profissional cuidadosa e solidária à abordagem técnica com atitudes que gera conforto e segurança às famílias. No entanto, estudos revelam que grande parte dos profissionais da área da saúde não se encontram preparados para lidar com tal situação, por falta de treinamento e capacitação. Outros fatores ainda contribuem para que as vítimas da violência não encontrem na rede pública e neste profissional a ajuda que tanto deseja, são:

- A falta de sensibilidade diante do tema abordado;
- O pouco tempo disponível para uma abordagem mais ampla da família, devido ao elevado número de pacientes que deve atender;
- O receio de se envolver com questões além da esfera da saúde.

Portanto, os profissionais da área da saúde, que estão comprometidos com a promoção da saúde da população e preocupados em garantir os direitos da criança e adolescente, e que muitas vezes têm dúvidas quanto à melhor maneira de agir diante dessa situação, precisa de um estabelecimento de normas técnicas e de rotinas de procedimentos para orientá-los. Instrumento esse necessário para apoiá-los nos diagnósticos, registros e notificação dos casos.

De acordo com a Lei Federal nº. 8.069/90, (BRASIL, 1990) o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) diz que: os profissionais de saúde são obrigados a notificar os maus-tratos cometidos contra criança e adolescentes. Para que este preceito legal seja cumprido é necessário que os profissionais da área se sensibilizem e tenham consciência do problema, que haja capacitação para o diagnóstico e a intervenção, para promover medidas preventivas, sejam informados sobre os resultados dos casos por eles notificados, ou seja, um *feedback* dos casos, que haja uma parceria entre setor saúde e demais órgãos envolvidos para resolução do problema gerando credibilidade em ambas as partes e na sociedade para com os mesmos.

Importante ressaltar que o cumprimento dos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é amparado pelo Conselho Tutelar que é um órgão permanente e autônomo, mantido com recursos públicos. De acordo com o Estatuto os

municípios devem ter pelo menos um Conselho Tutelar, composto por cinco membros eleitos diretamente a cada três anos pela comunidade que reside em sua área de abrangência. Portanto, é aconselhável que os profissionais de saúde estabeleçam uma parceria com o Conselho Tutelar notificando os casos que chega ao seu conhecimento.

Pois, o Conselho Tutelar é um dos principais meios de entrada do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. É a partir das denúncias que os conselheiros começam a agir. As principais atividades desenvolvidas pelo Conselho são:

- Desenvolver trabalho preventivo junto à comunidade onde atua;
- Encaminhar a vítima e o agressor aos órgãos competentes;
- Requisitar, sempre que necessário os serviços públicos nas áreas de saúde, educação, Serviço Social, Previdência, Trabalho e Segurança, que são indispensáveis para o correto encaminhamento de solução dos casos, entre outras.

Portanto, o importante é dar o primeiro passo: notificar. Dessa forma, torna-se imprescindível que cada profissional colabore, fazendo a sua parte. Basta um profissional notificar a suspeita de casos que os demais órgãos competentes já estão mais envolvidos.

4 VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E SUA CONSEQUÊNCIA

A violência contra criança e adolescentes representa todo ato ou omissão praticada por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e psicológico à vítima implica, de um lado, uma transgressão do poder de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento de acordo com Guerra (2005).

Para melhor apreensão do assunto faz-se necessário especificar os tipos de violência praticada contra criança e adolescente. O abuso físico consiste em todo o ato que resultem em lesões físicas na criança, como por exemplo, bater, chutar, morder, dar socos, sacudir, sacudir. Em geral, a criança apresenta sinais físicos da lesão que variam desde hematomas e cicatrizes até fraturas e danos internos de órgãos.

O abuso sexual se configura como todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente. Esta traz graves consequências para a vítima, como gravidez não desejada, doenças sexualmente transmissíveis (DST), o alcoolismo, a toxicomania, a vagabundagem sexual, a dificuldade ou a rejeição de toda relação sexual. A incidência deste flagelo traduz-se também pelo medo, pela ansiedade, por perturbações do comportamento, do sono, da alimentação, da palavra, pela depressão podendo terminar com tentativa de suicídio ou mesmo suicídio.

A violência psicológica ou emocional também designada como tortura psicológica ocorre quando um adulto constantemente desvaloriza a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa. O resultado desta violência é a desvalorização, a depravação da criança podendo transformá-la num indivíduo não compreendido desobediente ou mesmo delinqüente. Os traumas que daí resulta podem ser de ordem médica, com marcas físicas, perturbações psiquiátricas caracterizadas por recordações emotivas de um acontecimento chocante gravadas profundamente em sua mente.

As experiências vividas na infância e na adolescência, positivas ou desfavoráveis, refletem na personalidade adulta. A violência gera sentimentos negativos, traumas (medo, raiva, culpa), que não podendo ser expressos no momento presente se transformam em comportamentos inadequados, perpetuando-se por gerações seguidas. As dificuldades inevitáveis se tornam mais brandas quando enfrentadas com afeto e solidariedade dos familiares e profissionais envolvidos.

Portanto, seja qual for o tipo de violência praticado contra a infância, deixa marcas no psicológico do individuo, histórias tristes, inesquecíveis e vergonhosas vão acompanhá-lo por toda sua vida. Quando não os transformarem em pessoas doentes, incapazes de conviver em sociedade como pessoas ‘normais’.

Toda criança precisa de proteção independente de cor, raça, idade, religião, é possível mudar o rumo da história, uma vez que for defendida e valorizada a infância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordar a temática violência contra criança e adolescente, observa-se que é uma realidade preocupante. Realidade essa que vem se perpetuando o século não só no Brasil, mas em muitos outros países uns com maior incidência de casos que outros.

Com as transformações que ocorreram no mundo, principalmente após o advento da industrialização no século XVIII, não só o homem trabalhador foi atingido por tal metamorfose, como também a instituição onde este morava e todos que a ela pertencia. A partir de então, a mentalidade da sociedade em relação à infância foi mudada, uma vez que passou a ser considerada como individuo em fase de desenvolvimento e de crescimento e que, naturalmente, precisava passar por essas etapas da vida com equilíbrio necessário, para ser possuidor de uma vida saudável.

Daí foi mandada de volta ao ambiente familiar, que passou a ser responsável pelo crescimento e desenvolvimento sadio e harmonioso dos seus filhos. A necessidade de afeto e amor já é algo aceito dentro dessa instituição. Por outro lado, alguns desses responsáveis passaram a agir de maneira irresponsável para com as crianças e adolescentes dele dependentes.

Importante lembrar que o Estado assume, por meios legais, a responsabilidade de garantir através das políticas públicas assistência de forma gratuita à criança e adolescente permitindo-os o crescimento e desenvolvimento. E a saúde pública é uma dessas políticas, procura, apesar de algumas deficiências, (profissionais não capacitados, inexistência de normas para se notificar casos suspeitos), assistir as vitimas da violência que procuram por seus serviços.

A situação das crianças e adolescentes que têm seus direitos violados é tão agravante, que a sociedade tem buscado, de alguma forma, cada um no seu ramo de atividades (profissionais da área da saúde, da área de direito, da científica, do social), contribuir, através de suas profissões, para que estes agressores sejam encaminhados aos órgãos competentes, e daí receberem assistência necessária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. GUERRA V.N.de A. (Orgs.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento, 2. ed. São Paulo, Cortez, 1997.

BAZON, M. R. **Maus tratos na infância e adolescência:** perspectiva dos mecanismos pessoais e coletivos de prevenção e intervenção.

Coletânea de Leis – Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 18º REGIÃO/SE), 2004.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos:** a tragédia revisitada. 5ª ed. São Paulo, 2005.

GUIA de Atuação Frente a Maus-tratos na Infância e na Adolescência, 2 ed. Rio de Janeiro, 2001.

STEINER, M. H. F. (organizadora) **Quando a criança não tem vez: violência e desamor.** São Paulo. Pioneira, 1986.

UBIRAJARA, Eduardo. **Guia para monografia.** Aracaju: FANESE, 2006. (caderno)

ABSTRACT

This article integrates a research on the violence committed against child and adolescents. The main objective is to know the participation of the studied public health with the problematic one, the contribution that has given the white population. E as the professionals of the area of the health if has located ahead of the cases suspicious that arrive the public institutions of health. The methodology is based on bibliographical research. In conclusion terms, they stand out front to the complexity of the violence against child and adolescents, questions as sensitivity and professional qualification must more be worked.

Words-key: Children. Adolescents. Public health. Professional Position. Violence.